

UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

DECON - DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E CONTABILIDADE

ELIZABETE LAMBRECHT APPELT

**A METALÚRGICA ENQUANTO AGENTE ECONÔMICO PARA O MUNICÍPIO DE
SANTA ROSA**

ORIENTADOR: MS. JOSÉ VALDEMIR MUENCHEN

Santa Rosa
2011

ELIZABETE LAMBRECHT APPELT

**A METALÚRGICA DELTA ENQUANTO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

Trabalho de Monografia apresentado ao curso de graduação em Economia, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

ORIENTADOR: Ms. José Valdemir Muenchen

Santa Rosa

2011

Dedico o presente trabalho ao meu esposo Cláudio e ao meu filhinho Bruno que mesmo sem saber nunca deixaram de me apoiar em todos os momentos dessa caminhada.

AGRADECIMENTO

Neste pequeno espaço, agradeço a todos que fizeram parte desta trajetória. Aos meus familiares pelo apoio. A Empresa Delta a qual permitiu realizar o trabalho e pelas informações e auxílio prestado. Aos queridos colegas de faculdade pelas noites compartilhadas. Aos meus amigos pelo carinho, incentivo e diversão e em especial ao professor orientador José Valdemir Muenchen pelo seu inestimável esforço, carinho, compreensão, amizade, pelas grandes idéias, pela enorme motivação e por fazer parte das minhas pequenas grandes conquistas.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a metalúrgica Delta enquanto agente de desenvolvimento econômico para o município de Santa Rosa, tendo como objetivo analisar e discutir a geração do Valor Adicionado no município e na empresa num período estipulado de 2007 a 2010, tendo como base demonstrações contábeis fornecidas pela direção da empresa. O objetivo é fundamentalmente mostrar a distribuição da riqueza criada e distribuída entre os empregados, governo e empresa, através do Valor Adicionado mostrando desta forma a importância social e econômica da metalúrgica junto ao município, pois a empresa se destaca não somente na apresentação de balanços contábeis, mas também no lado econômico-social. A pesquisa tem como base metodológica os conceitos de desenvolvimento, responsabilidade social, setor metal mecânico e demonstração do Valor Adicionado. Através deste estudo pode-se concluir que a metalúrgica tem parte no desenvolvimento social e econômico da região sendo e comprovado na análise de demonstração da distribuição do valor agregado

.

Palavras-chave: Demonstrações – Valor Adicionado – Empresa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstração do Valor Adicionado baseado no modelo da FIPECAFI/USP.....	23
Tabela 2 – Valor Agregado e Renda Industrial da Metalúrgica Delta – Valores nominais.....	39
Tabela 3 - Valor Agregado e Renda Industrial da Metalúrgica Delta – Valores Reais corrigidos pelo INPC	42
Tabela 4 – Resumo do cálculo do valor agregado, sua distribuição e da renda industrial da metalúrgica Delta – Valores reais corrigidos pelo INPC.....	43
Tabela 5 – Evolução horizontal do valor agregado, sua distribuição e da renda industrial da metalúrgica Delta – em números índice.....	44
Tabela 6 – Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise vertical – dados em percentuais	46
Tabela 7 – Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal – dados em número índice.....	48
Tabela 8 – Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal comparativa anual – dados em percentuais ..	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstração simplificada do Resultado conforme modelo elaborado por TINOCO apud FAGUNDES (2008, p.91)	22
Quadro 2 - Demonstração do Valor Adicionado conforme modelo elaborado por TINOCO apud FAGUNDES (2008, p.91)	22
Quadro 4 - DVA considerando a despesa de depreciação como custo, deduzindo-a do Valor Adicionado Bruto.....	27
Quadro 5 - Valor Agregado e a Renda Industrial	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução horizontal do valor agregado, sua distribuição e da renda industrial da metalúrgica Delta – em números índice.....	45
Gráfico 2 - Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise vertical	47
Gráfico 3 - Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal	48
Gráfico 4 - Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal comparativa anual	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DESENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	11
1.1 Conceito de Desenvolvimento	11
1.2 Responsabilidade Social	12
2 O VALOR ADICIONADO OU VALOR AGREGADO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
2.1 Balanço Social e Distribuição do Valor Adicionado (DVA).....	16
2.2 O Conceito de Valor Adicionado ou Valor Agregado.....	18
2.3 Metodologia de Determinação do Valor Adicionado e da Renda Industrial.	21
3 SETOR METAL MECÂNICO NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - RS	35
3.1 Origens do Setor Metal Mecânico.....	35
3.2 As Metalúrgicas no Noroeste RS	36
3.2 Histórico da Empresa.....	37
4 ESTUDO O VALOR AGREGADO, SUA DISTRIBUIÇÃO E A RENDA INDUSTRIAL DA METALÚRGICA DELTA.....	38
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

O mercado em constante busca pelo aperfeiçoamento exige, a cada dia, mais organizações flexíveis, profissionais multifuncionais, que se adaptem com facilidade às preferências do mercado consumidor e estejam preparadas para tal.

A gestão econômica dá o suporte a essas organizações, para que saibam identificar dentre as tantas possibilidades de atuação, a mais adequada para a permanência no mercado.

A atuação do profissional de economia não está vinculada apenas à tomada de decisão sob uma determinada área, mas sim, o mesmo necessita visão geral da organização e mercado atuante, ainda precisa saber identificar as soluções para qualquer situação que pode ocorrer, garantindo com isso a preferência da sua empresa perante a concorrência.

O setor metal mecânico vem tendo um crescimento em destaque no estado do Rio Grande do Sul, assim como na região noroeste onde estamos inseridos, este crescimento vem se desenvolvendo da mesma forma ocupando um papel importante na contribuição para o desenvolvimento regional. Portanto o presente estudo busca mostrar a importância da metalúrgica em questão, na geração e distribuição de riquezas ao município onde se encontra instalada.

Neste contexto, o presente estudo objetiva apresentar e discutir a importância da DVA na Metalúrgica Delta, localizada na cidade de Santa Rosa no Noroeste do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2007 a 2010, evidenciando a

riqueza gerada pela entidade e como esta riqueza foi distribuída entre os diversos agentes e, a partir desta distribuição, compreender melhor a contribuição da empresa para o desenvolvimento local.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos distintos, no primeiro, dando início ao embasamento teórico, definiu-se desenvolvimento e responsabilidade social. No segundo capítulo, conceituou-se através de fontes bibliográficas, balanço social e demonstração do valor adicionado.

No terceiro já dando início a análise e diagnóstico do estudo relatou-se o histórico do município, o histórico da empresa e um pequeno estudo sobre setor metal mecânico da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

No quarto e último capítulo, evidenciou-se a demonstração do valor adicionado (DVA) e que tem sido apontada como um dos mais significativos instrumentos a serem incorporados ao atual leque de demonstrações contábeis obrigatórias, em grande parte devido ao seu viés social.

1 DESENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para dar início as pesquisas bibliográficas, este capítulo permite reunir um conjunto de conhecimentos armazenados sobre desenvolvimento e responsabilidade social.

1.1 Conceito de Desenvolvimento

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem a composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno. (CHENERY, 1981, p. 9).

Desenvolvimento define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade.

Para Vasconcellos e Garcia, apud OLIVEIRA (2002, p.38):

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes, em alguns pontos elas se completam. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; p progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se gradativamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país.

Milone apud OLIVEIRA (2002, p.40):

Diz que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita¹, PIB² e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano.

1.2 Responsabilidade Social

O crescimento indiscriminado da aglomeração urbana tem se transformado em agressão ao meio ambiente e ao desequilíbrio social, alterando as condições de equilíbrio da natureza, seja pela violação ou extermínio de sua vida vegetal, seja pelo processo de esgotamento desses recursos naturais, seja pela acumulação indiscriminada de rejeitos orgânicos ou pela perversa desigualdade social proveniente da péssima distribuição da renda. Tudo isso leva toda a sociedade a uma reflexão sobre quais as medidas que podem ser tomadas visando a reversão deste quadro caótico tendo como base a preservação destes recursos e o seu uso racional.

¹ O termo per capita é utilizado para fazer referência ao peso médio. Isto é, quer dizer que representa o somatório da variável em questão dividido pela população.

² Produto Interno Bruto é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo.

Um aspecto importante, na visão de Oliveira Neto, superintendente do Instituto Ethos, é a definição do conceito responsabilidade Social:

Responsabilidade social não é simplesmente fazer caridade. Responsabilidade social é a busca de qualidade das relações da empresa com todos os grupos que se relacionam com ela: investidores, funcionários, clientes e comunidade.

A solução dos problemas relativos à disposição dos rejeitos se abreviaria com o esforço de se conseguir que fossem devolvidas ao meio ambiente, com um mínimo de perturbação biológica ou social, as substâncias que lhe foram tomadas por empréstimo, sob a pressão das necessidades impostas pelo progresso da vida cotidiana. Cada vez vem sendo mais exigido das organizações que exponham quais as contribuições que suas atividades econômicas trazem de melhoria para o bem-estar social da população, principalmente em respeito ao meio ambiente, as boas condições de higiene e segurança no trabalho, políticas eficazes de remuneração e treinamento.

Ventos novos sopram no mundo dos negócios. Na busca de eficiência e excelência empresarial, parece não ser mais satisfatório a tradicional alquimia do cálculo do custo benefício com o aumento da produtividade e a ampliação da vendas no mercado. Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental.

Esta perspectiva está saindo do mundo das utopias para se afirmar como uma referência prática não só nos países mais desenvolvidos, como também no Brasil. Mas como nasce a idéia de que a empresa pode combinar seus objetivos econômico-financeiros com a cidadania, a preservação ambiental, a ética nos negócios? Isto é, de onde vem esta nova preocupação das empresas em vincular e combinar, de forma original e criativa, suas metas de rentabilidade com práticas de “boa conduta”.

No Brasil, o termo Responsabilidade Social está cada vez mais presente na mentalidade das pessoas e no planejamento estratégico das empresas. Nos países

desenvolvidos ele já é discutido há muitas décadas. Torres (2001, p.15), ressalta que este termo, mesmo limitado ao mundo das idéias e efetivando-se apenas em discursos e textos, já fazia parte da realidade de uma pequena parcela do empresariado. E foi a partir da década de 60 que se visualizou o quanto era fundamental a participação das empresas na sociedade.

Conforme Toldo (2002), a empresa, para seu desenvolvimento e atuação no mercado, deve possuir uma relação envolvente com o meio interno e externo, justificando a sua atuação perante todos os que contribuem para sua existência: colaboradores, fornecedores, acionistas, clientes, comunidade, etc.

O caminho da Responsabilidade Social, segundo Toldo (2002), está ligado a toda atuação da empresa. O seu percurso começa fazendo um diagnóstico, levantando impactos negativos das atividades que podem ocorrer, ouvindo as partes interessadas e fazendo um plano que estará sempre em constante evolução e mudança. Assim, a empresa se torna socialmente responsável à medida que realiza esse plano, consequência de extrema vontade de participação e mudança. Evidentemente, esse processo envolve custos; mas esses custos devem ser vistos como um investimento nas gerações futuras, investimento com benefícios em relação à transparência e solidez, à imagem e na capacidade da empresa em antecipar os contratemplos e prevenir os riscos.

De acordo com o autor, a empresa tem responsabilidades que vão além da geração de riquezas para seus acionistas, investidores e dirigentes; ela tem responsabilidade para com o desenvolvimento social.

No mundo dos negócios, o compromisso ético está vinculado a ações sociais que beneficiem a sociedade, no que se pode concluir que este compromisso tende a trazer resultados positivos para a empresa socialmente responsável.

A sustentabilidade das organizações, na atualidade, precisa estar alicerçada numa gestão ética e transparente em relação a todos os públicos vinculados à empresa, além de preservar os recursos ambientais e humanos para gerações futuras.

Kroetz (2000, p.43), diz que “a construção desse caminho requer a integração entre homem/tecnologia/capital, e nesse sentido ambas devem convergir para o mesmo objetivo – a preservação da aldeia global e de seus habitantes”.

Há que salientar que Responsabilidade Social não pode ser confundida com filantropia, pois, naturalmente, esta ação faz parte da Responsabilidade Social da empresa, mas, por si só, não torna uma empresa socialmente responsável.

A Responsabilidade Social Empresarial, como fator de competitividade, estimulou muitas empresas e seus gestores a adotar práticas da Responsabilidade Social Empresarial sem nenhum planejamento estratégico. Outras adotaram em seus discursos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial sem realizar no mínimo um trabalho de reflexão sobre sua história e seus valores. Conseqüentemente, não foi possível, ainda, avançar para novos modelos de gestão e obtenção de resultados concretos na gestão de Responsabilidade Social Empresarial.

Finalizando este capítulo, inicia-se o segundo através de bibliografias sobre valor adicionado e as demonstrações contábeis.

2 O VALOR ADICIONADO OU VALOR AGREGADO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo abordará as definições das demonstrações de caráter social, com especial destaque ao Valor Adicionado, seu conceito e definições.

2.1 Balanço Social e Distribuição do Valor Adicionado (DVA)

O Balanço Social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Para Tinoco (1984, p.10), Balanço Social é definido como um instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações de cunho econômico e social, do que aconteceu e acontece na entidade, aos mais diferenciados usuários, dentre estes os assalariados.

Tinoco *apud* Paiva (2003, p.65), explorando sobre a abrangência do Balanço Social, relata:

O modelo de nosso Balanço Social englobaria, pois, o valor adicionado e sua distribuição, além das informações de caráter social, ambiental e de responsabilidade corporativa e pública, [...], publicadas juntamente com as peças contábeis tradicionais, envolvendo, contudo, os dados do exercício presente e dos dois exercícios anteriores para permitir sua análise.

Antes de qualquer medida no sentido de implantar um projeto para utilização do Balanço Social, enquanto ferramenta de demonstração ou mesmo de gestão administrativa, deve-se ter conhecimento de quem serão os usuários desta ferramenta. Da mesma forma, o Balanço Social publicado deverá atender as exigências dos seus diversos usuários, para que, verdadeiramente seja justificada a sua implantação.

Para Kroetz (2000, p.84), o Balanço Social deve servir como um instrumento capaz de agregar valor, causar surpresa e desencadear ações, busca-se no usuário final, por meio da coleta de suas necessidades, a seleção das informações úteis e relevantes a serem divulgadas.

A forma de apresentação do Balanço Social deve ser clara e objetiva, sendo que os diferentes tipos de usuários desta informação não são detentores das mesmas áreas de conhecimento. Um profissional contábil, certamente terá mais afinidade com o conteúdo apresentado pelo Balanço Social que um profissional de outra área.

Negra (2001), considera natural a evolução da contabilidade, tal como ocorre com todas as outras ciências. *“Toda ciência sofre e deve sofrer uma evolução natural de conhecimento. Se uma ciência perde a sua capacidade de evolução ela entra em um estado de entropia e acaba deixando de existir”*.

Para o autor, com as Ciências Contábeis pode acontecer o mesmo. Entretanto, estamos ainda em processo de evolução. Há muitas técnicas, instrumentos e processo contábeis em franco desenvolvimento para auxiliar as empresas. *“O Balanço Social é um desses novos instrumentos em estado de evolução na Contabilidade”* (NEGRA, 2001, p.01).

O Balanço Social estaria ligado a transparência no fornecimento de informações empresariais, sendo um importante instrumento para a tomada de decisões gerenciais, relativas ao emprego dos recursos e aplicação da riqueza.

São recentes as tentativas de elaboração do Balanço Social pelas empresas brasileiras. As discussões sobre o tema tomam não somente o meio acadêmico, mas também científico e profissional, sendo o Balanço Social apontado por Negra (2001), como uma nova área contábil.

Muitos pontos do Balanço Social tais como modelos, processos, obrigatoriedade, tipologia, periodicidade, entre outros, ainda precisam ser

analisados pelos profissionais contábeis para que possam ser incorporados, em definitivo, nas prerrogativas dos contabilistas.

É polêmica a padronização do Balanço Social. Entre os profissionais contábeis, por um lado, a padronização favorece a comparabilidade de informações, mas, por outro, acaba colocando o profissional em uma "camisa-de-força" na qual limita a criatividade e o alcance das informações que deveriam ser prestadas.

A padronização poderia acontecer sob duas óticas: através de imposição legal (lei, decreto, resolução, etc.) ou através de convenção (uso e costume).

Para Negra (2001), o Balanço Social não deve ser totalmente padronizado.

A padronização deve ser imposta para itens econômico-financeiros que permitam uma base de comparação de desempenho empresarial entre uma empresa e outra, e ser livre para as informações que são típicas de determinadas empresas. Levar em consideração o tipo de empresa e seu modus operandi devem merecer atenção especial dos contabilistas e legisladores do país.

Outro aspecto importantíssimo, que deve ser levado em consideração na elaboração do Balanço Social é a relação custo x benefício. Os custos de elaboração são mínimos ou até mesmo desprezíveis. Poderá em casos extremos ter que haver alguma alteração no sistema de informações contábeis visando sua adaptação a um sistema mais gerencial de informações sociais e ambientais.

2.2 O Conceito de Valor Adicionado ou Valor Agregado.

O DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios etc.

Muitas são as informações apresentadas na DVA, e sua apreciação torna-se fundamental no processo de análise da entidade, demonstrando o que ela adicionou de riqueza aos produtos/serviços, associada a sua distribuição.

Segundo Almada Rodrigues, a DVA, “vem sendo considerada pelos analistas um dos critérios que melhor indicam a medida da eficácia da gestão empresarial, superior àquele do lucro... tudo isso dentro da concepção de que a missão moderna na empresa representa um papel econômico e social”.

Por meio do DVA, é possível perceber a contribuição econômica da entidade para cada segmento com quem ela se relaciona. Constituído-se no Produto Interno Bruto (PIB) produzido pela organização (KROETZ, 2000, p.33).

Na realidade, a DVA apresenta a riqueza individualizada gerada pela entidade.

$$VA = R_p - R_a$$

VA = Valor adicionado da entidade

R_p = Recursos produzidos pela entidade

R_a – Recursos adquiridos de terceiros

O somatório do VA de cada entidade representa a quantificação do PIB produzido em determinada atividade, região etc., ou ainda é um instrumento real para preparação metodológica do PIB de um país, estado ou município (KROETZ, 2000, p.33).

O Valor Adicionado ou Agregado não é um conceito tão novo como a princípio pode nos parecer. Na realidade, atribui-se a Alfred Marshall³, em 1890, a utilização pela primeira vez do termo Renda Residual, como sendo uma medida representativa do ganho líquido menos os juros sobre o capital próprio investido à taxa corrente (VELLER, 2011, p.21).

Com isso, pode-se dizer que este conceito foi introduzido definitivamente na literatura da administração financeira a partir do primeiro ano da década de 60 nos Estados Unidos com o termo - Economic Value Added – EVA e difundido ao resto do mundo tomando diversas nomenclaturas como: Economic Profit - EP (Lucro Econômico); Residual Income – RI (Rendimento Residual) e Economic Value Management - EVM (Gestão do Valor Econômico).

³ Economista e matemático inglês (1842 – 1924), principal representante da chamada Escola Marginalista Inglesa.

Segundo a NBC⁴ TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CFC N.º 1.138/08), a DVA é destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e a sua distribuição. As informações podem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência.

O Valor Adicionado ou Valor Agregado constitui-se das receitas obtidas pela empresa em razão de suas atividades deduzidas dos custos dos bens e serviços adquiridos de terceiros para a geração dessas receitas. É, portanto, o quanto a entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto – PIB do país. O valor adicionado demonstra a contribuição da empresa para a geração de riqueza da economia, resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção (VELLER, 2011, p.22)..

Sob o ponto de vista social, demonstra a forma de distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do governo, dos agentes financiadores e dos acionistas, além da parcela retida pela empresa. Trata-se, desse modo, de uma importante fonte de informações, à medida que apresenta elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, bem como dos efeitos sociais oriundos da distribuição dessa riqueza.

As informações contidas na Distribuição do Valor Adicionado - DVA são importantes para a entidade e para a sociedade, pois a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE evidencia apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro e as outras demonstrações não são capazes de indicar quanto de valor a entidade está adicionando e nem que forma os valores adicionados foram distribuídos (VELLER, 2011).

De acordo com CONSENZA apud FAGUNDES (2008, p.92):

[...] O cálculo do valor adicionado pode ser utilizado sob dois enfoques: o enfoque contábil e o enfoque econômico. Na área econômica, o conceito de riqueza gerada é obtido a partir do montante da produção, enquanto no primeiro enfoque, o contábil, pode-se evidenciar com base no montante das vendas.

Assim, a DVA pode ser utilizada como fonte de informação pelos empregados, financiadores de recursos, administradores, governo, sócios ou

⁴ Norma Brasileira de Contabilidade

acionistas, sociedade, sindicalistas, fornecedores e clientes. Pode também ser utilizada para diferenciação de carga tributária em setores econômicos diferentes, negociações salariais, análise de projetos de instalação de empresas internacionais, concessão de incentivos fiscais pelos municípios ou estados, análise de crescimento econômico, abertura de linhas de crédito, como auxílio na mensuração do Produto Interno Bruto – PIB, como instrumento de apoio à decisão e controle, dentre outras atividades de interesse público (VELLER, 2011).

Entende-se, portanto, que atualmente essa demonstração é obrigatória para as companhias abertas, segundo o art. 176, V, da Lei 6.404/76, incluído pela Lei 11.638/07, que modificou também o artigo 188 da Lei das S.A. O artigo 188, II, reza hoje que a DVA indicará, no mínimo, o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

2.3 Metodologia de Determinação do Valor Adicionado e da Renda Industrial

O Balanço Social utilizado como instrumento para mensurar os resultados obtidos pelas empresas na área socioeconômica, dispõe de uma importante ferramenta, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA que representa uma parcela de fundamental importância na análise, justamente pelas vantagens que apresenta em relação à atual Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, pois evidencia a forma como a riqueza foi criada pela empresa e como foi efetuada a sua distribuição.

TINOCO apud FAGUNDES (2008, p.90) apresenta uma idéia simplificada de valor adicionado, ou seja: “vendas – compras = valor adicionado bruto”. O autor apresenta um exemplo de valor adicionado, onde, primeiramente, aparece a demonstração do resultado de um determinado período e, em seguida, a configuração da DVA deste mesmo período.

Quadro 1 - Demonstração simplificada do Resultado conforme modelo elaborado por TINOCO apud FAGUNDES (2008, p.91)

Demonstração do Resultado	
Vendas – compras = Valor adicionado bruto	R\$ 10.000,00
- Mão-de-obra	R\$ 5.000,00
- Juros	R\$ 2.000,00
= lucro	R\$ 3.000,00

Fonte: TINOCO apud FAGUNDES (2008, p.91)

Quadro 2 - Demonstração do Valor Adicionado conforme modelo elaborado por TINOCO apud FAGUNDES (2008, p.91)

Demonstração do Valor Adicionado		
Mão-de-obra	R\$ 5.000,00	50%
Remuneração capital de terceiros	R\$ 2.000,00	20%
Remuneração capital próprio	R\$ 3.000,00	30%
Total adicionado	R\$ 10.000,00	100%

Fonte: TINOCO apud FAGUNDES (2008, p.91)

No quadro 1 demonstra-se o exemplo de DVA baseado no modelo sugerido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da USP – FIPECAFI/USP, tendo em vista, ainda, o disposto na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CFC N.º 1.138/08).

Nesse modelo de DVA, parte-se das receitas brutas, subtraindo-se, a seguir, o valor dos bens adquiridos de terceiros que foi incorporado ao produto final alienado ou ao serviço prestado, para que se conheça o valor efetivamente agregado pela companhia. Note-se que a depreciação, a amortização e a exaustão de ativos devem ser subtraídas do valor adicionado bruto para se calcular o valor adicionado líquido, não sendo classificadas como retenções do lucro do período (VELLER, 2011)..

**Tabela 1 - Demonstração do Valor Adicionado baseado no modelo da
FIPECAFI/USP**

DESCRIÇÃO
A – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(+) 1 – RECEITAS
1.1 – Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui tributos)
1.2 – Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)
1.3 – Resultados não-operacionais
(-) 2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui tributos)
2.1 – Custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos
2.2 – Matérias-primas e insumos consumidos
2.3 – Materiais, energia, serviços de terceiros etc.
2.4 – (Perda)/Recuperação de valores ativos
(=) 3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)
(-) 4 – RETENÇÕES
4.1 – Depreciação, amortização e exaustão
(=) 5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 – 4)
(+) 6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
6.1 – Resultado de equivalência patrimonial e dividendos
6.2 – Receitas financeiras (juros, aluguéis etc.)
(=) 7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)
B – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (7 = 8)
8.1 – Remuneração do trabalho (pessoal e encargos)
8.2 – Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)
8.3 – Remuneração do capital de terceiros (juros, aluguéis etc.)
8.4 – Remuneração dos acionistas (juros s/ cap. próprio e dividendos)
8.5 – Remuneração retida (lucros retidos/prejuízo do exercício)
Fonte: FIPECAFI/USP apud (VELLER, 2011).

O item 1.1 (vendas de mercadorias, produtos e serviços) inclui os valores do ICMS, IPI e demais tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde à

receita bruta ou ao faturamento bruto. Devem ser deduzidas as devoluções de vendas, bem como os abatimentos e os descontos incondicionais concedidos, se houver. O item 1.2 (provisão p/ devedores duvidosos) inclui os valores referente à contabilização da provisão, representando valores positivos na baixa ou reversão e negativos na constituição. As receitas não-operacionais (item 1.3) representa os valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, de investimentos etc (VELLER, 2011)..

O item 2.1 (custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos) não inclui os gastos com pessoal próprio, que serão evidenciados somente no item 8.1 da demonstração (remuneração do trabalho). O item 2.2 considera as matérias-primas e demais insumos incluídos no custo das mercadorias e dos produtos vendidos. O item 2.3 (materiais, energia, serviços de terceiros etc.) engloba os valores relativos a aquisições e pagamentos feitos a terceiros. Nesses três itens deverão ser considerados todos os tributos incluídos nas aquisições, recuperáveis ou não. A Perda/Recuperação de valores ativos (item 2.4) inclui valores referentes a perdas de ativos, como as relativas à realização de estoques ou investimentos ou à variação do valor de mercado. Se, no período, o valor líquido for positivo, ele deverá ser somado (VELLER, 2011)..

As retenções do item 4.1 (depreciação, amortização e exaustão) incluem as despesas contabilizadas no período (VELLER, 2011)..

O item 6.1 (resultado de equivalência patrimonial e dividendos) abrange também os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados pelo custo. O resultado da equivalência poderá representar receita ou despesa; no segundo caso, deverá ser informado entre parênteses (valor negativo). O item 6.2 (receitas financeiras) inclui as receitas financeiras independentemente de sua origem. Rigorosamente falando, os ganhos de equivalência patrimonial e os dividendos não representam geração de valor adicionado, mas transferências de riqueza criadas pelas sociedades investidas. Do mesmo modo, as receitas financeiras são transferências de parcelas da riqueza criada por terceiros, resultantes da aplicação do capital da entidade nos seus empreendimentos (VELLER, 2011)..

A remuneração do trabalho (ou dos agentes colaboradores), expressa no item 8.1, engloba os encargos com salários, comissões, honorários da diretoria, férias, 13.º salário, FGTS, alimentação, transporte, participações nos lucros etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período. Não inclui encargos previdenciários ou com entidades do Sistema “S” (contribuições corporativas), que são considerados remuneração do governo (VELLER, 2011)..

Além das contribuições previdenciárias e corporativas, o item 8.2 (remuneração do governo) abrange as demais espécies tributárias, como o imposto de renda, a contribuição social sobre lucro líquido – CSLL e todos os demais impostos, taxas e contribuições devidas ao poder público federal, estadual e municipal. Os valores relativos aos tributos recuperáveis (ex: ICMS e IPI) deverão ser considerados como os valores devidos ou já reconhecidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2 (insumos adquiridos de terceiros). Os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados como redução desse item (VELLER, 2011)..

A remuneração do capital de terceiros (ou dos agentes financiadores), disposta no item 8.3, considera as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto à instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo as despesas com *leasing*⁵) pagos ou creditados a terceiros, exceto para entidades financeiras classificáveis no item 2 (VELLER, 2011)..

O item 8.4 (remuneração dos acionistas) inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ou dividendos. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item 8.5 (VELLER, 2011).

⁵ Locação financeira ou arrendamento mercantil, também conhecido pelo termo em inglês *leasing*, é um contrato através do qual a *arrendadora* ou *locadora* (a empresa que se dedica à exploração de *leasing*) adquire um bem escolhido por seu cliente (o *arrendatário*, ou *locatário*) para, em seguida, alugá-lo a este último, por um prazo determinado. Ao término do contrato o arrendatário pode optar por renová-lo por mais um período, por devolver o bem arrendado à arrendadora (que pode exigir do arrendatário, no contrato, a garantia de um valor residual) ou dela adquirir o bem, pelo valor de mercado ou por um valor residual previamente definido no contrato. Fonte Wikipédia.

O item 8.5 (remuneração retida) abarca os lucros do período retidos pela entidade, destinados às reservas de lucros (VELLER, 2011)..

De acordo com a NBC TG 09, a entidade deve ainda acrescentar ou detalhar outras linhas na DVA, quando o montante e a natureza de um item ou o somatório de itens similares forem de tal magnitude que a apresentação em separado ajuda na apresentação mais adequada dessa demonstração (VELLER, 2011)..

Relativamente, ainda, à DVA, vale ressaltar um dos pontos mais polêmicos dessa demonstração, a depreciação. Na verdade há opiniões diversas com relação ao posicionamento adequado em que deve figurar os valores relativos à depreciação, quando do cálculo do valor adicionado. Assim, existe o entendimento de que a posição correta para esse item dentro da DVA seria como redutor do valor das vendas, por se tratar de consumo intermediário, a exemplo do que ocorre com os materiais e serviços adquiridos de terceiros (VELLER, 2011)..

Essa visão se apóia no entendimento de que sendo os custos dos bens e serviços adquiridos de terceiros, deduzidos das vendas, dever-se-ia dar o mesmo tratamento aos custos dos ativos fixos objeto de depreciação, quer sejam adquiridos de terceiros ou mesmo os produzidos pela própria empresa, durante o seu período de vida útil (VELLER, 2011)..

Assim, ao produzir um determinado montante de valor adicionado a empresa teria consumido parte de outra riqueza produzida anteriormente por terceiros ou por si própria. Nessa visão, tem-se o chamado Valor Adicionado Líquido (VELLER, 2011)..

Quadro 4 - DVA considerando a despesa de depreciação como custo, deduzindo-a do Valor Adicionado Bruto.

DESCRIÇÃO
A – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(+) 1 – RECEITAS
(-) 2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS
(=) 3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)
(-) 4 – RETENÇÕES
4.1 – Depreciação, amortização e exaustão
(=) 5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 – 4)
(+) 6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
(=) 7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)
B – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (7 = 8)
8.1 – Remuneração do trabalho (pessoal e encargos)
8.2 – Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)
8.3 – Remuneração do capital de terceiros (juros, aluguéis etc.)
8.4 – Remuneração dos acionistas (juros s/ cap. próprio e dividendos)
8.5 – Remuneração retida (lucros retidos/prejuízo do exercício)

Fonte: FIPECAFI/USP adaptado pelo autor apud (VELLER, 2011).

Essa teoria se ampara no fato de que para seus adeptos a importância fundamental deve ser dada ao fato de que a depreciação representa consumo da capacidade física produtiva sendo necessário um reinvestimento futuro, de forma a manter a empresa em atividade. Sob esse enfoque, obtém-se então o Valor Adicionado Bruto.

Independentemente, há um consenso quanto às terminologias empregadas na elaboração da DVA: Valor Adicionado Líquido e Valor Adicionado Bruto, que representam respectivamente o valor adicionado deduzido das riquezas produzidas por terceiros e pela própria empresa (depreciação, por exemplo) e o valor adicionado sem deduzir a depreciação (VELLER, 2011)..

Quadro 3 - DVA considerando a despesa de depreciação como destinação, incluído-a no grupo destinações.

DESCRIÇÃO
A – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(+) 1 – RECEITAS
(-) 2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS
(=) 3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)
(+) 4 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
(=) 5 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (3 + 4)
B – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
6 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (5 = 6)
6.1 – Remuneração do trabalho (pessoal e encargos)
6.2 – Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)
6.3 – Remuneração do capital de terceiros (juros, aluguéis etc.)
6.4 – Remuneração dos acionistas (juros s/ cap. próprio e dividendos)
6.5 – Remuneração retida (lucros retidos/prejuízo do exercício)
6.6 – Depreciação

Fonte: FIPECAFI/USP adaptado pelo autor apud (VELLER, 2011).

Com relação às receitas financeiras e de equivalência patrimonial, as quais apesar de interferirem na formação do valor adicionado, não são riquezas geradas pela própria empresa, e sim fruto de outras atividades na qual foram aplicados os recursos. Assim, essas receitas não devem ser consideradas como valor adicionado operacional e, sim, decorrente da transferência de valores adicionados de terceiros. A esta parcela dá-se o nome de Valor Adicionado Total.

Como se pode observar, a DVA apresenta a forma como foi gerado o Valor Adicionado bem como a sua distribuição nos moldes de remuneração dos fatores de produção que participaram da formação da riqueza, como os empregados, mediante a remuneração da mão-de-obra, os financiadores, pela remuneração dos recursos de terceiros utilizados, o governo, por meio da remuneração da estrutura social, política e econômica e os acionistas, pela remuneração do capital investido na sociedade.

É importante ressaltar que a Demonstração do Valor Adicionado está diretamente relacionada com o conceito de responsabilidade social das empresas, visando suprir informações necessárias aos *stakeholders* quanto à geração de riquezas e à forma de sua distribuição.

Com isso, entre a DVA e os demais demonstrativos contábeis tradicionalmente elaborados, já que estes objetivam fundamentalmente evidenciar o lucro obtido e a maneira como este foi formado.

Alternativamente para o cálculo do Valor Agregado e da renda Industrial podem ser consideradas as definições apresentadas por BASSO (2000) e MUENCHEN (2001) nos relatórios da pesquisa "Estudo da dinâmica e das perspectivas da indústria de Ijuí".

A partir do levantamento de dados, junto as empresas industriais, proceder-se-á o cálculo econômico e a modelização do Valor Agregado e da Renda Industrial. Serão apresentados como variáveis o Valor Bruto da Produção (VBP), Consumo Intermediário (CI), Amortização do Capital Fixo (D), Valor Agregado (VA), bem como à Repartição do Valor Agregado (RVA) e a Renda Industrial (RI).

Para efeitos do projeto, o "Valor Bruto da Produção, representa a expressão monetária de todos os bens produzidos e serviços prestados pela firma, avaliados a preços correntes". (MUENCHEN et al. 2001). No levantamento das informações básicas que compõem o VBP (quantidades produzidas e preços), é necessário compreender a forma com que a firma se relaciona com o mercado e as suas estratégias de comercialização.

O passo seguinte será identificar o que a unidade de produção precisa gastar para poder obter volume de produção. Estas informações permitem, de um lado, entender minimamente a dinâmica do processo produtivo e, de outro lado, determinar o montante do Consumo Intermediário do produto produzido pela unidade produção. "O Consumo Intermediário (CI), representa o valor de todos os bens e serviços incorporados ao produto durante o processo produtivo". (MUENCHEN et al. 2001).

Na seqüência do levantamento dos dados do processo produtivo, levanta-se a quantidade, o tipo e a finalidade das máquinas, equipamentos e instalações existentes e necessárias em todo processamento. Estas informações permitem determinar e conhecer a estrutura e a capacidade de produção, bem como a determinação do valor das depreciações enquanto componente do custo de produção no período.

Por último, a coleta de dados ainda obtém informações relativas ao destino da riqueza gerada pela empresa. Trata-se de identificar como o “acréscimo de riqueza” ou “riqueza acrescida” que, no fundo, é o “excedente econômico” (VA) será repartido entre os proprietários dos fatores de produção que participam do processo produtivo. Aos trabalhadores sob forma de salários, ao Estado sob a forma de impostos, aos proprietários de bens imóveis sob forma de aluguéis, aos proprietários de recursos financeiros sob forma de juros e aos demais proprietários de fatores. O que resta vai se constituir na Renda Industrial, ou seja, a parte do excedente econômico que vai remunerar o capital próprio da empresa.

Para a análise econômica dos tipos dos setores industriais estudados utilizou-se o Valor Agregado e a Renda Industrial. Novamente recorreremos a MUENCHEN et al. (2001) “o Valor Agregado representa a riqueza criada pela unidade de produção durante o período de análise”. As variáveis que compõem o cálculo econômico do Valor Agregado são expressas da seguinte forma:

O Valor Agregado (VA):

$$VA = VBP - CI - D \quad e \quad (1)$$

Consumo Intermediário (CI)

$$CI = CMP + OD, \text{ onde:} \quad (2)$$

VBP = Valor Bruto de Produção;

CI = Consumo Intermediário;

D = Depreciações relativas à estrutura de produção;

CMP = Custo da matéria-prima direta;

OD = Outras despesas operacionais tais como pagamento de água, luz, telefone e despesas com manutenção dentre outros.

O cálculo das depreciações leva em conta o valor de aquisição dos bens, a duração normal dos bens (vida útil) e um possível valor residual dos bens ao final da vida útil. Ou seja, não se trata da situação observada na unidade de produção em si, mas da estrutura necessária para que a sua produção aconteça. O método utilizado é o da depreciação linear para dar uma idéia do custo médio anual referente ao desgaste da estrutura fixa de produção.

A Renda Industrial (RI) conforme Muenchen et al. (2001) “representa a parcela da riqueza gerada pela firma e que é apropriada pelo seu proprietário e permite identificar o nível de reprodução social do tipo de unidade de produção estudado”. As variáveis que compõem o cálculo econômico da Renda Industrial são expressas da seguinte forma:

Renda Industrial (RI):

$$RI = VA - S - I - A - J, \text{ onde:} \quad (3)$$

RI = Renda Industrial,

VA = Valor Agregado,

S = Salários,

I = Impostos federais, estaduais e municipais,

A = Aluguéis.

De acordo com BASSO (2000) e MUENCHEN (2001) o Valor Agregado e a Renda Industrial pode ser obtido a partir do seguinte quadro.

Quadro 5 – Cálculo do Valor Agregado e a Renda Industrial

1. VBP
Vendas e prestação de serviços
Outras receitas operacionais
Resultado não operacional
2. Consumo intermediário
2.1. Consumo intermediário proporcional
Matéria prima direta
Outras despesas operacionais
2.2. Consumo intermediário não proporcional
Despesas gerais
Custos indiretos
3. Depreciações
Depreciações e amortizações
4. Valor Agregado (= 1 - 2 - 3)
5. Distribuição do Valor Agregado
5.1. Salários
Mão de obra direta
Vendas
Administrativo
5.2. Impostos
Impostos pagos sobre vendas
Despesas tributárias
5.3. Juros
Resultado Financeiro
5.4. Aluguéis
Despesas com aluguéis
5.5. Provisões
IRPJ
Contribuição social
6. Renda Industrial (= 4 - 5)

Fonte: adaptado de BASSO (2000) e MUENCHEN (2001)

Para efeitos de cálculo do Valor Agregado e Renda Industrial no quadro anterior pode-se usar as seguintes definições:

1- VBP (Valor Bruto da Produção)

Inclui a venda e prestação de serviços, menos a soma das receitas operacionais com o resultado não operacional.

1.1 – Vendas e prestação de serviços;

Corresponde à receita com vendas e prestação de serviços menos as devoluções de produtos acabados.

1.2 - Outras receitas operacionais

Inclui os valores relativos a bonificações ativas, dividendos ativos e aviso prévio cobrado.

1.3 – Resultado Não-operacional.

Inclui o total das receitas não-operacionais menos despesas não-operacionais.

2 – CONSUMO INTERMEDIÁRIO

É a soma do consumo intermediário proporcional mais a soma do consumo intermediário não-proporcional.

2.1 – Consumo intermediário proporcional.

Inclui a matéria-prima que é calculada através dos custos dos produtos vendidos, serviços prestados e mercadorias vendidas menos a mão-de-obra direta e menos custos indiretos. Juntamente com outras despesas operacionais como gastos diversos e jardinagem são formados os valores do consumo intermediário proporcional.

2.2 – Consumo intermediário não-proporcional

Inclui a soma das despesas gerais que são o total das despesas gerais menos depreciações e amortizações mais a soma de multas de infração de trânsito somado junto com os custos indiretos que é formado pelo total dos custos indiretos menos alugueis menos depreciações e amortizações.

3 - DEPRECIações

É a soma das depreciações e amortizações dos custos indiretos mais as depreciações e amortizações das despesas gerais.

4- VALOR AGREGADO

É calculado através do Valor Bruto da Produção menos o consumo intermediário e menos as depreciações.

5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO

É a soma dos salários da mão-de-obra direta, vendas, administrativos mais impostos que são pagos sobre as vendas e despesas tributárias mais os juros, ou seja, resultado financeiro (despesas financeiras menos receitas financeiras) mais aluguéis e provisões que são o IRPJ e Contribuição Social.

6 - RENDA INDUSTRIAL

É calculada através do Valor Agregado menos a Distribuição do Valor Agregado. Assim pode-se observar que a Demonstração do Valor Adicionado mostra quais os fatores de produção que contribuíram para a formação da riqueza, como os empregados, acionistas, governo. Diferenciando desta forma do demonstrativo DRE que mostra somente o lucro alcançado e como ele foi formado.

3 SETOR METAL MECÂNICO NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - RS

Neste capítulo aborda-se o setor mecânico na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, dando ênfase para o mesmo na cidade de Santa Rosa – RS.

O município de Santa Rosa, localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, divide-se territorialmente em zona urbana e zona rural. Conta com um comércio bem estruturado, instituições bancárias, escolas de 1º e 2º graus e de Ensino superior, meios de comunicação de massa, como: jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão e hospitais. Os bairros contam com postos de saúde e pontos comerciais. A indústria também está em constante crescimento. É hoje um pólo de desenvolvimento econômico, social e cultural da região. O município também é referência regional na área de prestação de serviços, como o caso da saúde, contando com hospitais. A população do município cresceu rapidamente e conta com 68.587 habitantes⁶, número obtido pelo censo de 2010. Em sua grande maioria essa região é formada por descendentes de alemães, italianos, poloneses, russos, caboclos, árabes, espanhóis entre outros.

3.1 Origens do Setor Metal Mecânico

Metalurgia é a ciência que estuda e gerencia os metais desde sua extração do subsolo até sua transformação em produtos adequados ao uso. Metalurgia designa um conjunto de procedimentos e técnicas para extração, fabricação, fundição e tratamento dos metais e suas ligas⁷.

Desde muito cedo, o homem aproveitou os metais para fabricar utensílios, materiais como o cobre, o chumbo, o bronze, o ferro, o ouro e a prata tiveram amplo uso na antiguidade.

Os primeiros altos-fornos apareceram no século XIII. A indústria metalúrgica teve novo impulso no século XVIII com a revolução industrial.

⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431720> acesso em nov 2011.

⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Metalurgia>

O uso do minério de ferro na confecção de instrumentos e artefatos para auxiliarem o dia-a-dia do homem data da pré-história. Fazendo fogueiras o homem percebeu que algumas pedras se derretiam com o calor e passou a moldá-las. Desde esse momento, vários povos se utilizam da metalurgia. Entretanto, foi durante a Revolução Industrial que novos métodos de utilização do minério de ferro generalizaram essa matéria prima. Entretanto, os ingleses já dispunham de altos fornos para trabalhar o ferro desde o século XV.

A abundância de carvão mineral na Inglaterra possibilitou a este país, substituir as máquinas confeccionadas em madeira por ferro. No processo da chamada Segunda Revolução Industrial, Henry Bessemer, estabeleceu um método inovador de transformação do ferro em aço. Por sua resistência e por seu baixo custo de produção, o aço logo suplantou o ferro, transformando-se no metal básico de confecção de instrumentos e utilitários⁸.

3. 2 As Metalúrgicas no Noroeste RS

O Rio Grande do Sul abriga 62% das empresas responsáveis pelo fornecimento de máquinas e implementos agrícolas no mercado nacional, sendo que, 77,78% dessas, estão situadas na região Noroeste do estado, o que, a nível nacional, representa 48% das indústrias do segmento (SIMERS, 2008).

Noroeste do Rio Grande do Sul, caracterizar-se por uma vasta produção agrícola, pautada principalmente, no cultivo de grãos, na criação aves e na produção de leite. Ademais, é responsável por 10% do PIB gaúcho, e detém 20% da densidade demográfica do estado, além do seu potencial logístico, já que está situada num cruzamento rodoviário que liga o estado com as demais regiões do Brasil e do exterior.

Em razão dessa dinâmica particular, o setor metal-mecânico da região Noroeste do Rio Grande do Sul, é visto como um *cluster*, ou seja, empresas com finalidades específicas, situadas em uma mesma área geográfica, ao mesmo tempo, que concorrem entre si, também cooperam (PORTER, 1999, p. 102).

O setor metal-mecânico engloba várias indústrias diferenciadas, como de máquinas agrícolas automotrizes, de tratores agrícolas, de máquinas agrícolas não-

⁸ Disponível em: http://www.webdigital.com.br/sites/jmanoel52983/conteudo_08.html

automotrizes, de implementos agrícolas, de silos e equipamentos de ensilagem, de armazenagem e secagem de grãos, de máquinas para seleção e tratamento de sementes, de máquinas agrícolas, de equipamentos para uso agropecuário, de balanças, de porteiras e equipamentos similares para uso rural.

O setor metal-mecânico engloba sistematicamente um “sub-setor” de produção de máquinas e implementos agrícolas, cujo, estado do Rio Grande do Sul destaca-se. Em 2006, o estado contava com 534 empresas ligadas a produção de tratores, máquinas e equipamentos ligados a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais (IBGE, 2009) apud BLOIS (2011)⁹.

3.2 Histórico da Empresa

A Metalúrgica Delta Ltda foi fundada em 01 de novembro de 1993, quando a então lochpe-Maxion S.A., hoje AGCO do Brasil, decidiu terceirizar componentes cedendo máquinas operatrizes em regime de comodato, iniciando suas atividades com uma máquina oxi-corte e um funcionário, em prédio alugado de 250 m², localizado na saída para Guarani das Missões, em Santa Rosa.

No início de 1994, a empresa ampliou seu leque de fabricação, fornecendo todos os itens de vedação e feltros. Com o aquecimento das vendas, em maio de 1994 a empresa adquiriu prédio próprio de 360m², onde continuou a crescer, aumentando assim, o fornecimento de novos itens.

Em Junho de 1998, a empresa adquiriu um terreno de 15.000 m², onde em Agosto de 2002 começou a construção de uma nova planta industrial para poder atender o aumento da demanda.

Em maio de 2003, a Metalúrgica Delta mudou – se para o novo prédio, com a área construída de 4.000 m².

Em 2005 a empresa fez a aquisição da primeira máquina de corte laser e implantou um novo sistema de banho de imersão, objetivando aumentar a qualidade e capacidade produtiva da pintura.

Em 2008 foi adquirida mais uma máquina de corte laser, e concluída a obra de construção do novo prédio, totalizando assim uma área construída de 6.000 m².

⁹ BLOIS, Henrique Dias; BOGONI, Nadia Mar; OLIVEIRA, Guilherme de. A região noroeste do rio grande do sul: evidências a partir da utilização de cenários prospectivos para o setor metalmeccânico. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/texto%20blois.pdf> acesso em 15 nov de 2011.

Atualmente a empresa tem dezoito anos de atividades e conta com aproximadamente 230 funcionários, um sócio diretor, e a área construída hoje é de 10.000m². É referencial na região através de seus produtos conhecidos no mercado agrícola, tais como: ensiladeiras, arados, conchas, enleiradores, guindastes, roçadeiras, plataformas, plantadeiras e também na fabricação de componentes da linha metal – mecânica para empresas do município de Santa Rosa, Canoas e outros estados como Santa Catarina e São Paulo.

O objetivo da Metalúrgica Delta é produzir produtos competitivos de boa qualidade, e manter o crescimento da empresa.

4 ESTUDO O VALOR AGREGADO, SUA DISTRIBUIÇÃO E A RENDA INDUSTRIAL DA METALÚRGICA DELTA

Este capítulo irá mostrar a aplicação da metodologia de cálculo do valor adicionado na Metalúrgica Delta, proporcionando uma análise da participação da empresa na comunidade onde está inserida, pois diferente do DRE a DVA mostra os valores que foram destinados ao governo, colaboradores e associados.

A DVA faz parte do Balanço Social, pois é usado para identificar e analisar o desempenho social de uma organização e nos deixa identificar a riqueza criada pela empresa e a sua distribuição em determinado período.

Desta forma a DVA traz informações sociais e econômicas que podem ser utilizadas para implantação de novos investimentos financeiros e também na tomada de novas decisões administrativas.

Através de balanços patrimoniais dos anos de 2007 a 2010 fornecidos pela direção da empresa foi possível elaborar a DVA na Metalúrgica Delta localizada no município de Santa Rosa – RS.

Na visão de Kroetz (2000), as demonstrações de caráter social permitem ainda avaliar a ação das organizações privadas na eficácia da gestão com os respectivos benefícios acrescentados ou adicionados aos trabalhadores ou a comunidade em geral, ou seja, evidencia a riqueza criada pela empresa e sua

distribuição entre os vários elementos que contribuíram para sua criação. Esta forma de demonstrar o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade é medida pela Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A tabela abaixo representa a distribuição do Valor Adicionado ou Valor Agregado

Tabela 2 – Valor Agregado e Renda Industrial da Metalúrgica Delta – Valores nominais –

Itens/Anos	2007	AV	2008	AV	AH	2009	AV	AH	2010	AV	AH
1. VBP	10.894.080,35	100,00%	22.876.186,01	100,00%	109,99%	15.806.970,26	100,00%	-30,90%	24.966.289,75	100,00%	57,94%
Vendas e prestação de serviços	10.885.657,26	99,92%	22.897.511,38	100,09%	110,35%	15.831.665,39	100,16%	-30,86%	24.955.044,95	99,95%	57,63%
Outras receitas operacionais	1.739,44	0,02%	11.772,05	0,05%	576,77%	23.815,63	0,15%	102,31%		0,00%	-100,00%
Resultado não operacional	6.683,65	0,06%	- 33.097,42	-0,14%	-595,20%	879,50	0,01%	-102,66%	11.244,80	0,05%	1178,54%
2. Consumo intermediário	6.703.547,52	61,53%	14.150.065,98	61,86%	111,08%	8.698.489,56	55,03%	-38,53%	14.114.572,74	56,53%	62,26%
2.1. Consumo intermediário proporcional	5.010.722,66	45,99%	11.857.457,69	51,83%	136,64%	6.886.832,71	43,57%	-41,92%	11.716.331,20	46,93%	70,13%
Matéria prima direta	4.974.324,92	45,66%	11.857.320,69	51,83%	138,37%	6.886.829,81	43,57%	-41,92%	11.687.985,99	46,82%	69,72%
Outras despesas operacionais	36.397,74	0,33%	137,00	0,00%	-99,62%	2,90	0,00%	-97,88%	28.345,21	0,11%	977321,03%
2.2. Consumo intermediário não proporcional	1.692.824,86	15,54%	2.292.608,29	10,02%	35,43%	1.811.656,85	11,46%	-20,98%	2.398.241,54	9,61%	32,38%
Despesas gerais	635.701,79	5,84%	970.587,06	4,24%	52,68%	929.883,83	5,88%	-4,19%	2.246.038,96	9,00%	141,54%
Custos indiretos	1.057.123,07	9,70%	1.322.021,23	5,78%	25,06%	881.773,02	5,58%	-33,30%	152.202,58	0,00%	-100,00%
3. Depreciações	949.744,27	8,72%	1.127.497,89	4,93%	18,72%	1.180.245,14	7,47%	4,68%	639.849,88	2,56%	-45,79%
Depreciações e amortizações	949.744,27	8,72%	1.127.497,89	4,93%	18,72%	1.180.245,14	7,47%	4,68%	639.849,88	0,00%	-100,00%
4. Valor Agregado (= 1 - 2 - 3)	3.240.788,56	29,75%	7.598.622,14	33,22%	134,47%	5.928.235,56	37,50%	-21,98%	10.211.867,13	40,90%	72,26%
5. Distribuição do Valor Agregado	2.936.271,46	26,95%	6.092.841,00	26,63%	107,50%	5.556.213,52	35,15%	-8,81%	8.769.377,59	35,12%	57,83%
5.1. Salários	1.266.511,46	11,63%	2.096.048,32	9,16%	65,50%	2.995.658,41	18,95%	42,92%	4.410.707,24	17,67%	47,24%
Mão de obra direta	1.115.804,21	10,24%	1.879.444,97	8,22%	68,44%	2.699.459,91	17,08%	43,63%	4.116.223,65	16,49%	52,48%
Vendas	28.467,91	0,26%	36.528,85	0,16%	28,32%	111.282,26	0,70%	204,64%	69.271,01	0,28%	-37,75%
Administrativo	122.239,34	1,12%	180.074,50	0,79%	47,31%	184.916,24	1,17%	2,69%	225.212,58	0,90%	21,79%
5.2. Impostos	1.318.402,45	12,10%	3.022.928,70	13,21%	129,29%	2.071.492,41	13,10%	-31,47%	3.167.611,83	12,69%	52,91%
Impostos pagos sobre vendas	1.236.835,39	11,35%	2.955.794,96	12,92%	138,98%	2.034.341,81	12,87%	-31,17%	3.149.431,51	12,61%	54,81%
Despesas tributárias	81.567,06	0,75%	67.133,74	0,29%	-17,70%	37.150,60	0,24%	-44,66%	18.180,32	0,07%	-51,06%
5.3. Juros	183.145,39	1,68%	232.228,29	1,02%	26,80%	275.504,99	1,74%	18,64%	408.935,27	1,64%	48,43%
Resultado Financeiro	183.145,39	1,68%	232.228,29	1,02%	26,80%	275.504,99	1,74%	18,64%	408.935,27	1,64%	48,43%
5.4. Aluguéis	35.021,53	0,32%	47.385,72	0,21%	35,30%	40.919,10	0,26%	-13,65%	53.620,45	0,21%	31,04%
Despesas com aluguéis	35.021,53	0,32%	47.385,72	0,21%	35,30%	40.919,10	0,26%	-13,65%	53.620,45	0,21%	31,04%
5.5. Provisões	133.190,63	1,22%	694.249,97	3,03%	421,25%	172.638,61	1,09%	-75,13%	728.502,80	2,92%	321,98%
IRPJ	91.581,35	0,84%	501.469,92	2,19%	447,57%	120.587,21	0,76%	-75,95%	529.310,88	2,12%	338,94%
Contribuição social	41.609,28	0,38%	192.780,05	0,84%	363,31%	52.051,40	0,33%	-73,00%	199.191,92	0,80%	282,68%
6. Renda Industrial (= 4 - 5)	304.517,10	2,80%	1.505.781,14	0,00%	394,48%	372.022,04	2,35%	-75,29%	1.442.489,54	5,78%	287,74%

Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Para melhor interpretar os resultados da DVA também foram utilizados os métodos interpretativos da Análise Vertical - AV e Análise Horizontal – AH que são utilizados para comparar e analisar a evolução dos dados financeiros da empresa.

De acordo com SILVA (2005) apud BRIZOLLA (2008, p. 61), Análise Vertical e Análise Horizontal são definidas como:

[...] o propósito da Análise Vertical (AV) é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração financeira em relação a determinado referencial. O percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto. [...] A Análise Vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras e para isso se calcula o percentual de cada conta em relação a um valor base. [...] Já na Análise Horizontal (AH) o propósito é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas de uma série que compõem as demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série. A evolução de cada conta revela os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências.

Através da tabela 2 pode-se perceber que a venda e a prestação de serviço é responsável pela formação do valor bruto da produção, mantendo uma taxa média anual praticamente constante. O consumo intermediário é formado pela soma do consumo intermediário proporcional e não-proporcional, neste somatório o destaque é para a matéria-prima que em 2007 é de 4.974.324,92 e em 2010 é 11.687.985,99 representando uma taxa média anual de 47%. Nas depreciações ocorre uma grande queda nos valores se comparar o ano de 2010 aos anos anteriores, e isso pode ser justificado pela troca do escritório de contabilidade e a nova forma de cálculo da depreciação.

Na página a seguir será apresentada a tabela 3 onde termos o valor agregado e renda industrial da metalúrgica Delta em valores reais corrigidos pelo INPC.

Tabela 3 - Valor Agregado e Renda Industrial da Metalúrgica Delta – Valores Reais corrigidos pelo INPC

Itens/Anos	2007	2008	AH	2009	AH	2010	AH
1. VBP	12.858.191,27	25.357.076,11	197,21%	16.828.922,50	-33,63%	24.966.289,75	48,35%
Receita operacional líquida	12.848.249,57	25.380.714,19	197,54%	16.855.214,22	-33,59%	24.955.044,95	48,06%
Outras receitas operacionais	2.053,05	13.048,71	635,58%	25.355,36	94,31%	-	-100,00%
Resultado não operacional	7.888,66	- 36.686,79	-465,06%	936,36	-102,55%	11.244,80	1100,90%
2. Consumo intermediário	7.912.140,67	15.684.620,67	198,23%	9.260.864,31	-40,96%	14.114.572,74	52,41%
2.1. Consumo intermediário proporcional	5.914.113,75	13.143.382,25	222,24%	7.332.080,22	-44,21%	11.716.331,20	59,80%
Matéria prima direta	5.871.153,80	13.143.230,39	223,86%	7.332.077,13	-44,21%	11.687.985,99	59,41%
Outras despesas operacionais	42.959,95	151,86	0,35%	3,09	-97,97%	28.345,21	917966,22%
2.2. Consumo intermediário não proporcional	1.998.026,92	2.541.238,42	127,19%	1.928.784,09	-24,10%	2.398.241,54	24,34%
Despesas gerais	750.313,47	1.075.845,86	143,39%	990.002,68	-7,98%	2.246.038,96	126,87%
Custos indiretos	1.247.713,45	1.465.392,57	117,45%	938.781,41	-35,94%	152.202,58	-83,79%
3. Depreciações	1.120.975,16	1.249.773,45	111,49%	1.256.550,35	0,54%	639.849,88	-49,08%
depreciações e amortizações	1.120.975,16	1.249.773,45	111,49%	1.256.550,35	0,54%	639.849,88	-49,08%
4. Valor Agregado (= 1 - 2 - 3)	3.825.075,44	8.422.681,99	220,20%	6.311.507,85	-25,07%	10.211.867,13	61,80%
5. Distribuição do Valor Agregado	3.465.656,47	6.753.601,01	194,87%	5.915.433,84	-12,41%	8.769.377,59	48,25%
5.1. Salários	1.494.852,81	2.323.361,80	155,42%	3.189.333,72	37,27%	4.410.707,24	38,30%
Mão de obra direta	1.316.974,31	2.083.268,13	158,19%	2.873.985,39	37,96%	4.116.223,65	43,22%
Vendas	33.600,43	40.490,35	120,51%	118.476,88	192,61%	69.271,01	-41,53%
Administrativo	144.278,06	199.603,33	138,35%	196.871,44	-1,37%	225.212,58	14,40%
5.2. Impostos	1.556.099,31	3.350.761,05	215,33%	2.205.418,54	-34,18%	3.167.611,83	43,63%
Impostos pagos	1.459.826,39	3.276.346,75	224,43%	2.165.866,08	-33,89%	3.149.431,51	45,41%
Despesas tributárias	96.272,91	74.414,30	77,30%	39.552,46	-46,85%	18.180,32	-54,03%
5.3. Juros	216.164,96	257.413,12	119,08%	293.316,94	13,95%	408.935,27	39,42%
Resultado Financeiro	216.164,96	257.413,12	119,08%	293.316,94	13,95%	408.935,27	39,42%
5.4. Aluguéis	41.335,62	52.524,63	127,07%	43.564,60	-17,06%	53.620,45	23,08%
Despesas com aluguéis	41.335,62	52.524,63	127,07%	43.564,60	-17,06%	53.620,45	23,08%
5.5. Provisões	157.203,78	769.540,40	489,52%	183.800,04	-76,12%	728.502,80	296,36%
IRPJ	108.092,70	555.853,63	514,24%	128.383,41	-76,90%	529.310,88	312,29%
Contribuição social	49.111,08	213.686,77	435,11%	55.416,63	-74,07%	199.191,92	259,44%
6. Renda Industrial (= 4 - 5)	359.418,97	1.669.080,98	464,38%	396.074,01	-76,27%	1.442.489,54	264,20%

Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Após analisar a tabela com os valores corrigidos, é possível aplicar a análise horizontal destas contas a fim de obter o crescimento real da participação de cada agente na distribuição do Valor Adicionado.

Observando a tabela 3 pode-se perceber que o valor bruto da produção no ano de 2008 se comparado com 2007 tem um aumento de 197,21% em 2009 ocorre uma redução no faturamento de -33,63% devido a crise que afetou o setor metal mecânico regional, já em 2010 o mercado volta a reagir e ocorre um aumento de 48,35% no valor bruto da produção. No consumo intermediário o ano de 2008 teve um aumento de 198,23% se comparado ao ano anterior, em 2009 este consumo tem uma redução significativa de -40,96% gerado pela crise onde o principal fator é o baixo consumo de matéria-prima. Podemos assim perceber que conforme aumenta o valor bruto da produção, junto também aumenta o consumo intermediário. As depreciações na empresa no ano de 2008 tiveram um aumento de 111,49% em 2009 os números praticamente se mantiveram, ou seja, um aumento de somente 0,54% e no ano de 2010 a forte redução de -49,08% justificada pela troca de escritório de contabilidade.

Tabela 4 – Resumo do cálculo do valor agregado, sua distribuição e da renda industrial da metalúrgica Delta – Valores reais corrigidos pelo INPC

Itens/Anos	2007	2.008	2.009	2.010
1. VBP	12.858.191,27	25.357.076,11	16.828.922,50	24.966.289,75
2. Consumo intermediário	7.912.140,67	15.684.620,67	9.260.864,31	14.114.572,74
2.1. Consumo intermediário proporcional	5.914.113,75	13.143.382,25	7.332.080,22	11.716.331,20
2.2. Consumo intermediário não proporcional	1.998.026,92	2.541.238,42	1.928.784,09	2.398.241,54
3. Depreciações	1.120.975,16	1.249.773,45	1.256.550,35	639.849,88
4. Valor Agregado (= 1 - 2 - 3)	3.825.075,44	8.422.681,99	6.311.507,85	10.211.867,13
5. Distribuição do Valor Agregado	3.465.656,47	6.753.601,01	5.915.433,84	8.769.377,59
5.1. Salários	1.494.852,81	2.323.361,80	3.189.333,72	4.410.707,24

5.2. Impostos	1.556.099,31	3.350.761,05	2.205.418,54	3.167.611,83
5.3. Juros	216.164,96	257.413,12	293.316,94	408.935,27
5.4. Aluguéis	41.335,62	52.524,63	43.564,60	53.620,45
5.5. Provisões	157.203,78	769.540,40	183.800,04	728.502,80
6. Renda Industrial (= 4 - 5)	359.418,97	1.669.080,98	396.074,01	1.442.489,54

Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Pode-se perceber que na distribuição do valor agregado no ano de 2008 o maior índice alcançado foi o das provisões com 490% e o menor foi os juros com 119% no ano de 2009 se comparado com 2007 o maior índice passa a ser dos salários alcançando 213% e o menor índice o dos aluguéis, em 2010 o maior índice volta a ser das provisões com 463% e o menor novamente o índice dos aluguéis com 130%.

Tabela 5 – Evolução horizontal do valor agregado, sua distribuição e da renda industrial da metalúrgica Delta – em números índice

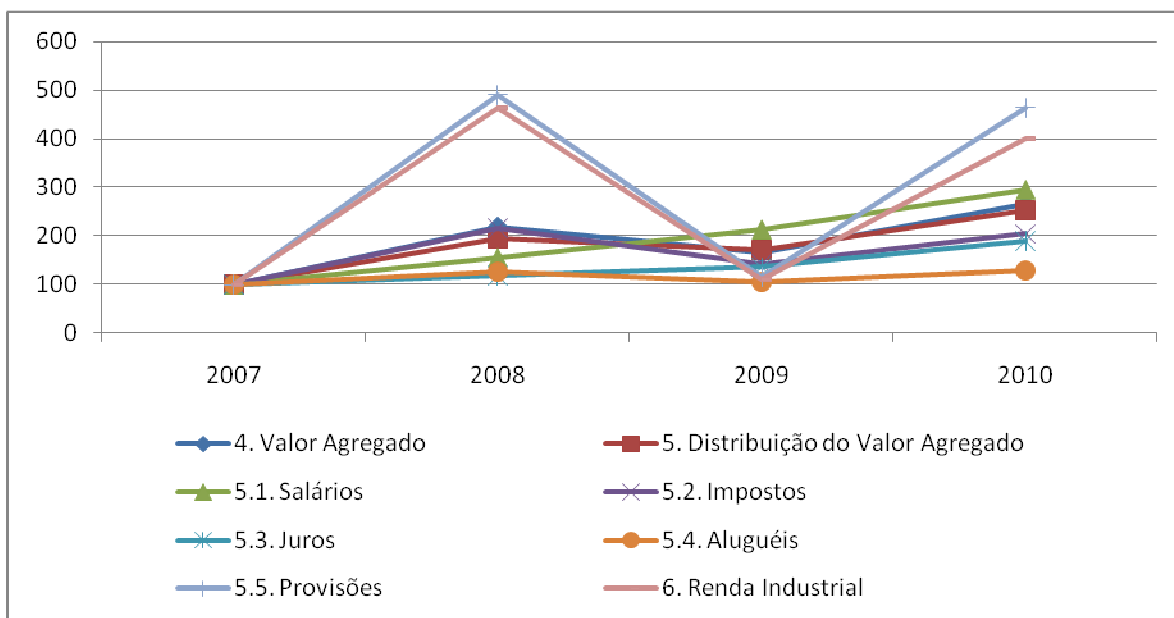
Itens/Anos	2007	2008	2009	2010
1. VBP	100 %	197 %	131 %	194 %
2. Consumo intermediário	100 %	198 %	117 %	178 %
2.1. Consumo intermediário proporcional	100 %	222 %	124 %	198 %
2.2. Consumo intermediário não proporcional	100 %	127 %	97 %	120 %
3. Depreciações	100 %	111 %	112 %	57 %
4. Valor Agregado	100 %	220 %	165 %	267 %
5. Distribuição do Valor Agregado	100 %	195 %	171 %	253 %
5.1. Salários	100 %	155 %	213 %	295 %
5.2. Impostos	100 %	215 %	142 %	204 %
5.3. Juros	100 %	119 %	136 %	189 %
5.4. Aluguéis	100 %	127 %	105 %	130 %
5.5. Provisões	100 %	490 %	117 %	463 %
6. Renda Industrial	100 %	464 %	110 %	401 %

Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Através do gráfico pode-se perceber que o valor bruto da produção no ano de 2007 a 2010 tem uma taxa média anual de 174% de crescimento. O consumo

intermediário tem sua taxa média anual em torno de 164% e as depreciações por sua vez possuem uma taxa média anual de 93%.

Gráfico 1 – Evolução horizontal do valor agregado, sua distribuição e da renda industrial da metalúrgica Delta – em números índice.



Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Em relação ao valor agregado podemos perceber que nos anos analisados de 2007 a 2010 o valor agregado da empresa tem uma taxa média anual de 217% e sua renda industrial uma taxa média de 325%. Assim os números nos mostram que a metalúrgica Delta vem apresentando um crescimento bom e considerável no município de Santa Rosa.

A tabela 6 abaixo mostra a distribuição dos itens que compõem o valor adicionado ou valor agregado da empresa. Através da análise vertical podemos perceber que ocorre uma redução na distribuição do valor adicionado nos salários, no ano de 2008 se comparado com 2007 (em 2007 os salários representavam 39,08% do total do valor adicionado distribuído, 2008 uma queda onde correspondeu ao valor de 27,58%) em 2009 praticamente o item dos salários dobra para 50,53% e volta a reduzir um pouco em 2010 para 43,19%. Em relação aos valores absolutos em 2007 eram 1.266.511,46 e em 2010 passaram para 4.410.707,24. Esta

oscilação esta relacionada diretamente com a contratação e demissão de funcionários e também o aumento de salários.

O valor dos impostos sofreu poucas alterações, onde em 2007 representava 40,68% passou em 2010 para 31,02% analisado em valores absolutos e não pela análise vertical de composição do VA, nota-se que houve um aumento nos valores pagos dos impostos, partindo de R\$ 1.318.402,45 em 2007 para R\$ 3.167.611,83 em 2010.

Em relação ao item dos juros também não foi possível se perceber uma grande variação, pois em 2007 representava 6,5% e passou em 2010 para 4,00%, em valores absolutos os mesmos partem de 183.145,39 em 2007 para 408.935,27 no ano de 2010.

A formação do valor dos aluguéis em 2007 representava 1,08% e sofre uma queda para 0,53% no ano de 2010, isso em valores absolutos representa 35.021,53 em 2007 e 53.620,45 em 2010.

As provisões que são é compostas pela soma do valor do IRPJ e da Contribuição Social teve incremento vertical entre 2007 a 2010, saindo de 4,11% para 7,13%. Em valores absolutos teve variação de R\$ 133.190,63 em 2007 para R\$ 728.502,80 em 2010.

Na renda industrial onde é representado o resultado líquido do período pode-se perceber uma grande oscilação do ano de 2007 de 9,40% para dobrar no ano seguinte de 2008 para 19,82%, em 2009 a queda brusca para 6,28% e voltando a se recuperar no ano de 2010 com o índice de 14,13%.

Tabela 6 – Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise vertical – dados em percentuais

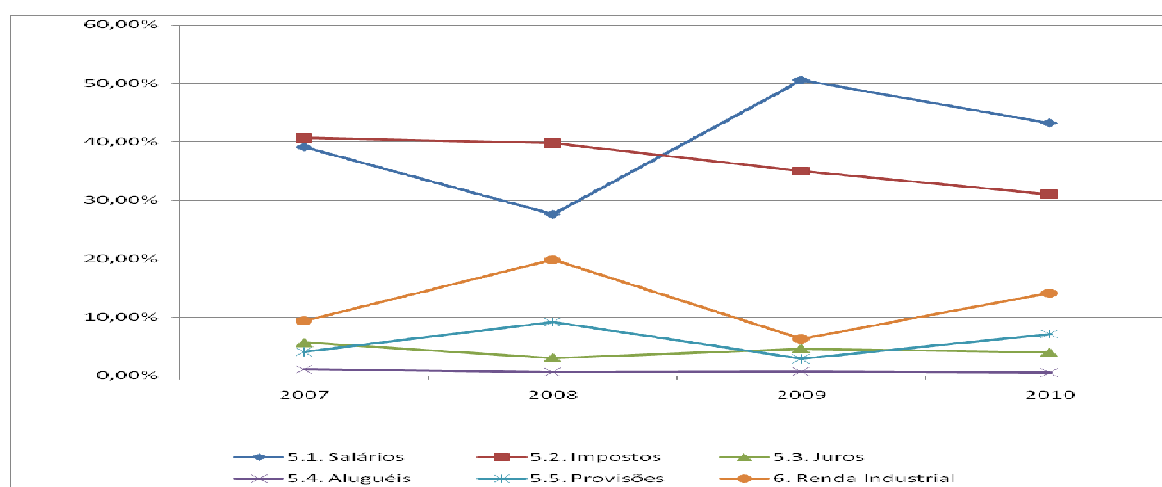
Itens/anos	2007	2008	2009	2010
5. Distribuição do Valor Agregado	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5.1. Salários	39,08%	27,58%	50,53%	43,19%
5.2. Impostos	40,68%	39,78%	34,94%	31,02%

5.3. Juros	5,65%	3,06%	4,65%	4,00%
5.4. Aluguéis	1,08%	0,62%	0,69%	0,53%
5.5. Provisões	4,11%	9,14%	2,91%	7,13%
6. Renda Industrial	9,40%	19,82%	6,28%	14,13%

Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Através do gráfico 2, pode-se perceber que no ano de 2007 o maior item que compõe a distribuição do valor agregado, foi os impostos atingindo 40,68% em 2008 este maior índice continua sendo o dos impostos com 39,78% em 2009 o maior índice passa a ser o dos salários com 50,53% e em 2010 permanece na frente o índice dos salários, mas com uma pequena queda para 43,19%, demonstrando assim que na distribuição do valor agregado os itens de maior relevância são os impostos e os salários.

Gráfico 2 - Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise vertical



Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Através da análise horizontal dos itens que compõe a distribuição do valor agregado, pode-se perceber a real evolução de cada conta.

O valor agregado teve um bom crescimento, pois se compararmos o ano de 2008 com 2007 iremos perceber um aumento de 220,20%, em 2008 este percentual cai para 165% e em 2010 volta a subir este índice do valor agregado para 266,97%. Os salários também tiveram uma evolução constante, pois em 2008 o índice foi de 155,42% em 2009 passou para 213,35% e em 2010 alcançaram 295,06%. Ao

governo o índice de 2008 foi de 215,33% caiu em 2009 para 141,73% e voltou a subir em 2010 para 203,56%, no item dos juros em 2008 o índice foi de 119,08%, em 2009 subiu para 135,69% e continuou a se elevar em 2010 para 189,18% proveniente talvez da crise do setor. Os aluguéis praticamente se mantiveram inalterados, pois em 2008 o índice foi de 127,07% em 2009 foi 105,39% e em 2010 passou a ser 129,72%, já as provisões que são constituídas pelo IRPJ e Contribuição Social tiveram grandes oscilações, pois em 2008 o índice foi de 489,52% caiu em 2009 para 116,92% e voltou a ter um aumento significativo no ano de 2010 para 463,41%. A renda industrial praticamente teve a mesma oscilação sofrida que as provisões, pois em 2008 o índice foi de 464,38% em 2009 caiu para 110,20% e em 2010 atingiu 401,34% considerando assim os anos de 2008 e 2010 muito bons para a empresa.

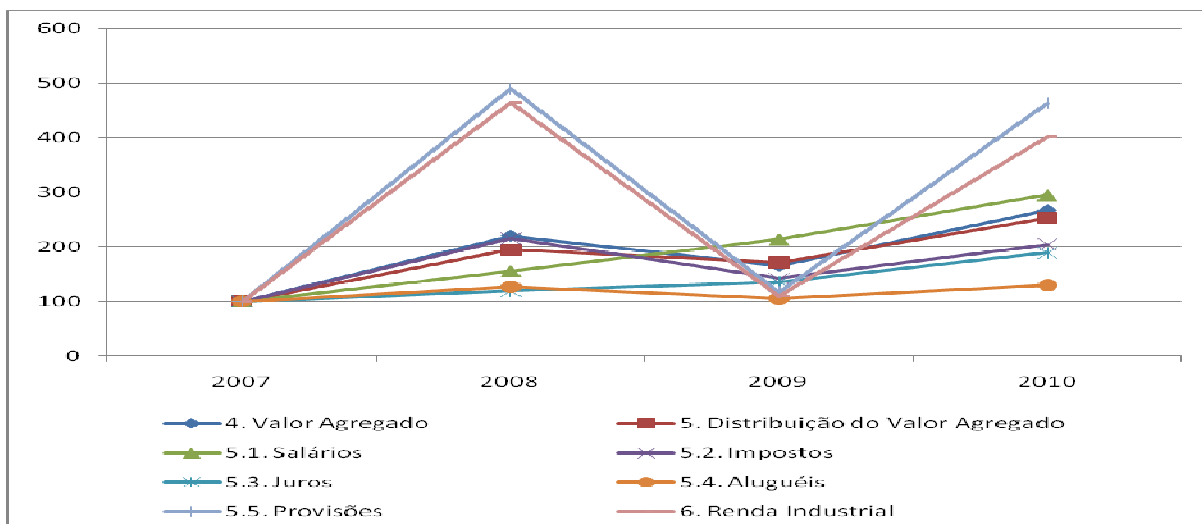
Tabela 7 – Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal – dados em número índice.

Itens/anos	2007	2008	2009	2010
4. Valor Agregado	100	220,20	165,00	266,97
5. Distribuição do Valor Agregado	100	194,87	170,69	253,04
5.1. Salários	100	155,42	213,35	295,06
5.2. Impostos	100	215,33	141,73	203,56
5.3. Juros	100	119,08	135,69	189,18
5.4. Aluguéis	100	127,07	105,39	129,72
5.5. Provisões	100	489,52	116,92	463,41
6. Renda Industrial	100	464,38	110,20	401,34

Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Ao analisar o gráfico 2 percebe-se a evolução constante do período de 2007 a 2010 no itens dos salários e também dos juros, ou seja, nos demais itens que constituem a distribuição do valor agregado como impostos, aluguéis, provisões, e a renda industrial sofrem oscilações negativas no ano de 2009 gerados pela crise no setor.

Gráfico 3 - Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal



Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Através da análise horizontal da distribuição do valor agregado podemos observar a evolução ou regressão de ano a ano no período de 2007 a 2010 da metalúrgica Delta. Assim percebe-se através da tabela 8 que se comparar-se o item dos salários do ano de 2007 a 2008 o mesmo teve uma evolução de 155,42% no ano de 2009 se comprado com 2008 este índice reduz para 37,37% e no ano de 2010 se comparado com 2009 o índice é de 38,30%. Nos juros se compararmos o ano de 2008 a 2007 temos um índice de 119,08%, na comparação de 2009 com 2008 estes índice cai para 13,95% e comparando o ano de 2010 com 2009 o índice passa para 39,42%, ou seja, todos os demais itens que compõe a distribuição do valor agregado no ano de 2009 tem seus índices negativos, já os salários e os juros no ano de 2009 mantém seus índices positivos.

Tabela 8 – Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal comparativa anual – dados em percentuais

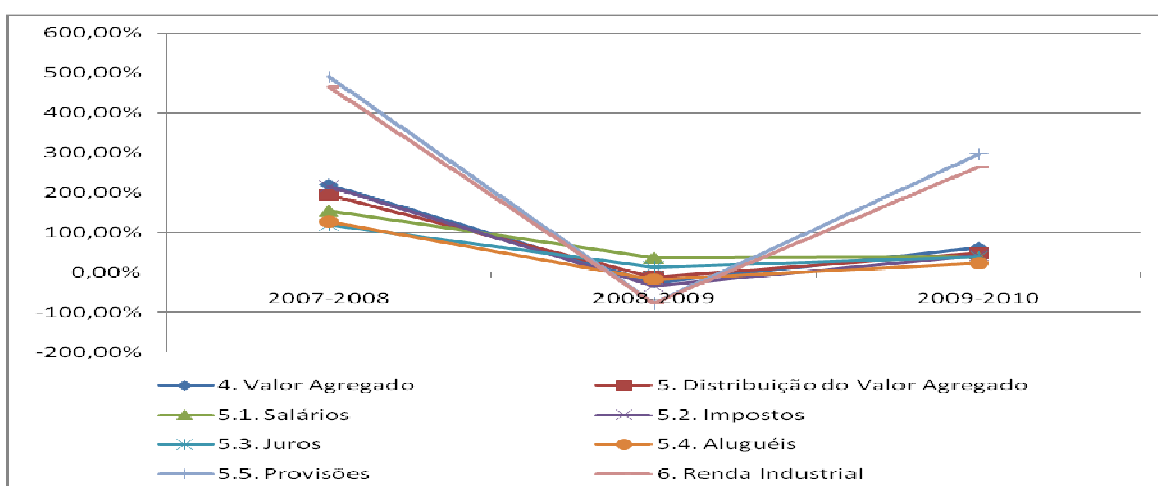
Itens/anos	2007-2008	2008-2009	2009-2010
4. Valor Agregado	220,20%	-25,07%	61,80%
5. Distribuição do Valor Agregado	194,87%	-12,41%	48,25%
5.1. Salários	155,42%	37,27%	38,30%
5.2. Impostos	215,33%	-34,18%	43,63%
5.3. Juros	119,08%	13,95%	39,42%

5.4. Aluguéis	127,07%	-17,06%	23,08%
5.5. Provisões	489,52%	-76,12%	296,36%
6. Renda Industrial	464,38%	-76,27%	264,20%

Fonte: DRE da metalúrgica Delta

Através do gráfico 4 percebe-se que na comparação do ano de 2008 a 2007 o maior índice atingido na distribuição do valor agregado são as provisões com 489,52% no ano de 2009 se comparado com 2008 o maior indice passa ser o dos salários com 37,27% e no ano de 2010 na comparação com 2009 volta a atingir o maior item as provisões com 296,36%.

Gráfico 4 - Distribuição do Valor Agregado e Cálculo da Renda Industrial da metalúrgica Delta – Análise horizontal comparativa anual



Fonte: DRE da metalúrgica Delta

A devida análise demonstra o crescimento da metalúrgica Delta na geração de riquezas ao município de Santa Rosa através de salários que foram pagos aos funcionários e utilizaram estes recursos nas demais empresa do município; os impostos pagos ao governo que realiza políticas voltadas a melhoria da qualidade de vida da população; os juros pagos as instituições financeiras também geram riquezas as mesmas; os aluguéis que da mesma forma dos salários contribuíram as empresas locais; a renda industrial que tem resultados positivos e permite reinvestir

estes valores ou parte deles em tecnologia, ampliação da empresa e gerar novos empregos.

Portanto a metalúrgica Delta comprova sua responsabilidade social na contribuição ao desenvolvimento da sociedade onde está inserida, ou seja, mostra ser um agente com total interação econômica e social.

CONCLUSÃO

Através da Demonstração do Valor Adicionado – DVA é possível mostrar a riqueza gerada por uma empresa, e como esta é distribuída entre empregados, fornecedores, governo, financiadores, e seus sócios, ou seja, a DVA mostra de forma simples a realidade financeira, econômica e social da entidade.

Embasado num referencial teórico, desenvolveu-se neste estudo uma análise empírica dos dados obtidos na Metalúrgica Delta situada no município de Santa Rosa – RS, no período compreendido entre 2007 a 2010, e a conseqüente apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, avaliando os resultados e comparando-os através das análises vertical e horizontal, tratando das variações como indicadores de desempenho da empresa.

Nesta demonstração os dados evidenciam o processo de geração de riqueza da Empresa Delta na cidade de Santa Rosa no Noroeste RS onde houve aumento do Valor Adicionado – VA real na proporção média de 77% ao ano, acompanhando o aumento das receitas que mantiveram a média anual de 71%.

A forma como o VA é distribuído mostra a parte social da metalúrgica, pois entre os agentes econômicos os empregados tiveram participação em 2010 com 43,19%, impostos com 3%, juros com 4%, alugueis 0,53%, provisões 7,13% e a renda industrial 14,13%. Entre as contas analisadas, percebe-se o crescimento dos valores que compõem a demonstração dos salários e dos juros que mesmo enfrentando uma crise no setor metal mecânico no ano de 2009 mantiveram sua variação positiva nas análises verticais e horizontais.

A distribuição do valor adicionado entre os agentes econômicos tem a capacidade de provocar efeitos positivos na economia local, gerando novas riquezas as mesmas e movimentando a região de forma positiva num processo de desenvolvimento econômico.

Por fim, ao estudar e analisar a Demonstração do Valor Adicionado desta metalúrgica em questão foi possível diagnosticar informações que podem ser úteis a direção da empresa, e ajudar no processo de tomada de decisões futuras e salienta-se ainda a relevância deste estudo para a área de economia e afins, visto ser este aprendizado vantajoso para as empresas e profissionais que prezam pelo conhecimento como forma de se manter no mercado.

REFERÊNCIAS

- BLOIS, Henrique Dias; BOGONI, Nadia Mar; OLIVEIRA, Guilherme de. **A região noroeste do rio grande do sul: evidências a partir da utilização de cenários prospectivos para o setor metalmeccânico**. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/texto%20blois.pdf> acesso em 15 nov de 2011.
- BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin. **Contabilidade Gerencial**. Ijuí : Unijuí, 2008. (Coleção educação a distância. Série livrotexto). ISBN 978-85-7429-674-6.
- FAGUNDES, Jair Antonio et al. **A Demonstração do Valor Adicionado - DVA como fonte de informações gerenciais: Um estudo em uma cooperativa de crédito**. *ABCustos Associação Brasileira de Custos*. 2008, Vol. III, 1^o.
- INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em out 2011.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco Social Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- NEGRA, Carlos Alberto Serra. Ano 2000 marca consolidação do Balanco Social. **Jornal Gazeta Mercantil**. Belo Horizonte: 12 abr. 2000.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. *Revista FAE*. Maio/Agosto, 2002, Vol. 5, N.º 2. 2002.
- PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. Editora Atlas: São Paulo, 2003.
- PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social – Uma Abordagem Sócio-econômica da Contabilidade**. Dissertação de Mestrado apresentado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984
- TOLDO, Mariesa. **Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2002.
- TORRES, Ciro. **Balanco Social e Transparência**. Disponível em: <<http://balancosocial.org.br/>>. Acesso em out/2011
- VELLER, Leonardo. **Demonstração do valor adicionado – DVA: um estudo de caso na Sicredi Noroeste RS**. Monografia apresentado ao curso de graduação em

Economia, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 - Rubricas contábeis para elaboração da DVA nas instituições financeiras baseada no plano de contas padronizado da COSIF.

Determinação do Resultado Bruto de Intermediação Financeira	
	Receitas de Intermediação Financeira

7.1.1.00.00-1	Rendas de Operações de Crédito
7.1.2.00.00-4	Rendas de Arrendamento Mercantil
7.1.3.00.00-7	Rendas de Câmbio
7.1.4.00.00-0	Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
7.1.5.00.00-3	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários
7.1.9.20.00-9	Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo
7.1.9.25.00-4	Rendas de Créditos Decorrentes de Contratos de Exportação Adquiridos
7.1.9.40.00-3	Rendas de Aplicações no Exterior
7.1.9.45.00-8	Rendas de Aplicações no Exterior - Taxas Flutuantes
7.1.9.47.00-6	Rendas de Aplicações em Moedas Estrangeiras no País - Taxas Flutuantes
7.1.9.50.00-0	Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados
7.1.9.55.00-5	Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural
7.1.9.60.00-7	Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central
7.1.9.65.00-2	Rendas de Créditos Vinculados ao SFH
7.1.9.80.00-1	Rendas de Repasses Interfinanceiros
7.1.9.90.05-3	Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
7.1.9.90.10-1	Desvalorização Títulos Livres
7.1.9.90.12-5	Desvalorização de Créditos Vinculados
7.1.9.90.15-6	Desvalorização de Títulos Vinculados a Operações Compromissadas
7.1.9.90.20-4	Desvalorização de Títulos Vinculados à Negociação e Intermediação de Valores
7.1.9.90.30-7	Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa
7.1.9.90.35-2	Repasses Interfinanceiros
7.1.9.90.40-0	Créditos de Arrendamento de Liquidação Duvidosa
7.1.9.90.50-3	Perdas na Venda de Valor Residual
7.1.9.90.60-6	Outros Créditos de Liquidação Duvidosa
	Despesas de Intermediação Financeira
8.1.1.00.00-8	Despesas de Captação
8.1.2.00.00-1	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses
8.1.3.00.00-4	Despesas de Arrendamento Mercantil
8.1.4.00.00-7	Despesas de Câmbio
8.1.5.00.00-0	Resultado de Transações com Títulos e Valores Mobiliários
8.1.8.30.05-5	Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
8.1.8.30.10-3	Desvalorização de Títulos Livres
8.1.8.30.12-7	Desvalorização de Créditos Vinculados
8.1.8.30.15-8	Desvalorização de Títulos Vinculados a Operações Compromissadas
8.1.8.30.20-6	Desvalorização de Títulos Vinculados à Negociação e Intermediação de Valores
8.1.8.30.30-9	Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa
8.1.8.30.35-4	Repasses Interfinanceiros
8.1.8.30.40-2	Créditos de Arrendamento de Liquidação Duvidosa
8.1.8.30.50-5	Perdas na Venda de Valor Residual
8.1.8.30.55-0	Perdas de Bens de Arrendamento Operacional
8.1.8.30.60-8	Outros Créditos de Liquidação Duvidosa
8.1.9.40.00-0	Despesas de Cessão de Crédito de Arrendamento

8.1.9.45.00-5	Despesas de Cessão de Créditos Decorrentes de Contratos de Exportação
8.1.9.50.00-7	Despesas de Cessão de Operações de Crédito
8.1.9.60.00-4	Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento
8.1.9.80.00-8	Despesas com Captação em Títulos de Desenvolvimento Econômico
	Rendas de Prestação de Serviços
7.1.7.00.00-9	Rendas de Prestação de Serviços
7.1.9.70.00-4	Rendas de Garantias Prestadas
	Serviços de Terceiros
8.1.7.03.00-3	Despesas de Água, Energia e Gás
8.1.7.06.00-0	Despesas de Aluguéis
8.1.7.09.00-7	Despesas de Arrendamentos de Bens
8.1.7.12.00-1	Despesas de Comunicações
8.1.7.21.00-9	Despesas de Manutenção e conservação de Bens
8.1.7.24.00-6	Despesas de Material
8.1.7.39.00-8	Despesas de Processamento de Dados
8.1.7.42.00-2	Despesas de Promoções e Relações Públicas
8.1.7.45.00-9	Despesas de Propaganda e Publicidade
8.1.7.48.00-6	Despesas de Publicações
8.1.7.51.00-0	Despesas de Seguros
8.1.7.54.00-7	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro
8.1.7.57.00-4	Despesas de Serviços de Terceiros
8.1.7.60.00-8	Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança
8.1.7.63.00-5	Despesas de Serviços Técnicos Especializados
8.1.7.66.00-2	Despesas de Transporte
8.1.7.72.00-3	Despesas de Viagem ao Exterior
8.1.7.75.00-0	Despesas de Viagem no País
	Resultado de Equivalência Patrimonial
7.1.8.00.00-2	Rendas de Participações
7.1.9.90.70-9	Perdas em Participações Societárias
7.1.9.90.80-2	Perdas em Dependências no Exterior
7.1.9.90.90-5	Perdas em Sociedades Coligadas e Controladas
8.1.6.00.00-3	Despesas de Participações
8.1.8.30.70-1	Perdas em Participações Societárias
8.1.8.30.80-4	Perdas em Dependências no Exterior
8.1.8.30.90-7	Perdas em Sociedades Coligadas e Controladas
	Resultado Não Operacional
7.3.0.00.00-6	Receitas Não Operacionais
8.3.0.00.00-3	Despesas Não Operacionais
	Outras Receitas e Despesas Operacionais
7.1.9.30.00-6	Recuperação de Encargos e Despesas
7.1.9.75.009	Rendas de Operações Especiais
7.1.9.85.00-6	Rendas de Créditos Específicos
7.1.9.87.00-4	Rendas de Operações Refinanciadas com o Governo Federal

7.1.9.90.99-8	Outras
7.1.9.99.00-9	Outras Rendas Operacionais
8.1.7.15.00-8	Despesas de Contribuições Filantrópicas
8.1.7.77.00-8	Despesas de Multas aplicadas pelo Banco Central
8.1.7.99.00-0	Outras Despesas Administrativas
8.1.8.30.99-0	Outras
8.1.9.10.00-9	Despesas de Administração de Fundos e Programas Especiais
8.1.9.15.00-4	Despesas de Obrigações por Programas Especiais - Banco Central
8.1.9.20.00-6	Despesas de Administração de Loterias
8.1.9.36.00-7	Despesas de Contribuições ao SFH
8.1.9.65.00-9	Despesas de Recursos do Proagro
8.1.9.75.00-6	Despesas de Operações Especiais
8.1.9.85.00-3	Despesas de Obrigações Diversas
8.1.9.99.00-6	Outras Despesas Operacionais
	Depreciação/Amortização
8.1.8.10.00-6	Despesas de Amortização
8.1.8.20.00-3	Despesas de Depreciação
Distribuição do Valor Adicionado	
	Empregados
Salários e Honorários	
8.1.7.18.00-5	Despesas de Honorários
8.1.7.33.00-4	Despesas de Pessoal – Proventos
8.1.7.36.00-1	Despesas de Pessoal – Treinamento
8.1.7.37.00-0	Despesas de Remuneração de Estagiários
8.9.7.10.00-5	Participações no Lucro
Encargos	
8.1.7.27.00-3	Despesas de Pessoal – Benefícios
8.1.7.30.00-7	Despesas de Pessoal - Encargos Sociais
	Governo
Impostos e Contribuições	
7.1.9.90.95-0	Imposto de Renda
8.1.7.69.00-9	Despesas Tributárias
8.1.9.25.00-1	Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS
8.1.9.30.00-3	Despesas de Contribuição ao COFINS
8.1.9.33.00-0	Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP
8.1.9.90.00-5	Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições
8.9.4.10.00-6	Imposto de Renda
8.9.4.20.00-3	Contribuição Social
	Acionistas
Dividendos/Juros sobre Capital	
4.9.3.10.00-5	Dividendos e Bonificações a Pagar (saldo do período atual menos saldo do período anterior)

8.1.9.55.00-2	Despesas de Juros ao Capital
Várias Contas	Lucros Retidos (Conta 1.9.0.0.00-6 da DRE - (4.9.3.10.00-5 + 8.1.9.55.00-2))

Fonte: COSIF